



O PAÍS

Ano I número 32
Preço: 7\$50
semana de 13
a 19 de Agosto
1976

OPORTA

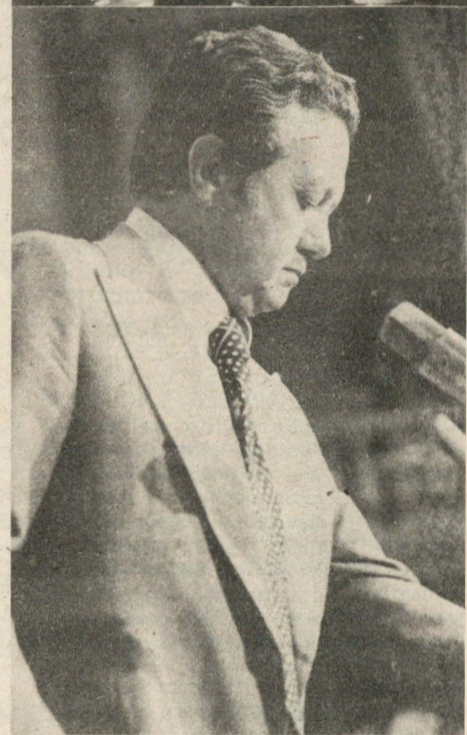
José Vacondeus

Directores

Vera Lagoa



O programa passou



Mário Soares:

«Um programa de Governo que não foi rejeitado na A. R., converte-se em programa nacional»

(pág. 10)

«Revolucionários» que eu conheci

(pág. 6)

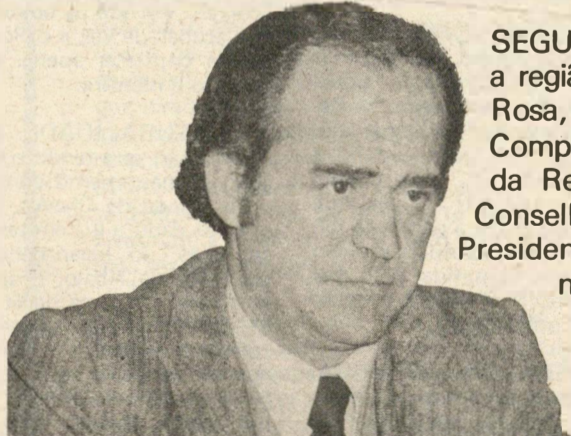
Importantes remodelações no Conselho da Revolução

(pág. 11)

Crise político-militar?

(pág. 9)

Tomás Rosa ministro da República na Madeira?



SEGUNDO fontes bem informadas o Ministro da República para a região autónoma da Madeira será o capitão João Pedro Tomás Rosa, ex-ministro do Trabalho no VI Governo Provisório. Compete esta nomeação (art. 232 da Constituição) ao Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro e ouvido o Conselho da Revolução. A mesma fonte informou-nos que o Presidente da República não quis efectivar a nomeação sem que, numa atitude plenamente democrática, fosse ouvido oficialmente o Presidente da Assembleia Regional da Madeira. Falta, portanto, apenas esta consulta para que a nomeação do ex-ministro Tomás Rosa se concretize. Ao Ministro da República para a Madeira compete, segundo

(pág. 22)

Spínola veio para ficar



O REGRESSO do general Spínola a Portugal tem um significado que ultrapassa qualquer outro que se lhe possa atribuir: e esse significado resulta do facto do ex-presidente ter insistentemente afirmado, em especial durante a fase em que dirigiu o MDLP, que só voltaria quando 'julhasse criadas as condições para que o "espírito do 25 de Abril" não tornasse a ser traído.

Se voltou, pois, é por-

que julga satisfeitas essas condições.

Não restam dúvidas de que nenhum outro político ou militar português foi tão insultado nestes dois vertiginosos anos, como o general. A pergunta a fazer é se terá merecido esse tratamento. E isto porque, em regra, os insultos pouco têm a ver com a lógica e com uma análise fria da realidade.

continua na pág. 16

Ainda a Madeira

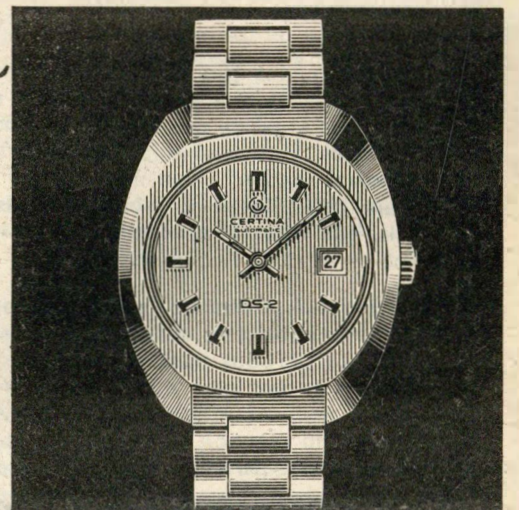


(nas centrais)

CERTINA

Certina-DS
o relógio
mais forte do mundo

porquê?
para si qual será
a melhor explicação?
- a nossa, ou a do técnico
da sua confiança?
faça-lhe a pergunta,
ele lhe revelará o **porquê!**



FALAR

EM 15 OU 60 DIAS
CURSOS INDIVIDUAIS

O GARANTE DO SEU FUTURO
16 anos de eficiência

CLUBES DE CONVERSAÇÃO
INGLESA, FRANCESA, ALEMÃ E PORTUGUESA

Rua Rodrigues Sampaio 18, 3.
Telef. 53 08 75

Inglês • Francês
Alemão • Português



«Revolucionários» que eu conheci

Fernando Luso Soares
ou
«Flic story»

A PRIMEIRA grande admiração política de Fernando Luso Soares, o policial escritor e advogado, actual elemento do MUTI (o que era óbvio) foi o dr. Manuel Rodrigues, ministro da Justiça de Salazar. Parece até que o acompanhava, no Porto, quando ele recebeu, telefonicamente, a notícia da demissão desse cargo. O pai de Luso Soares era Chefe de gabinete do referido ministro e havia uma grande intimidade entre as duas famílias. Há quem diga até que eram parentes muito próximos...

Nem sempre o "flic"-advogado foi progressista, oh, não! Bem pelo contrário. E, para começar, reportemo-nos à sua assídua colaboração no jornal "O Debate", monárquico, onde Luso Soares defendia todas as posições monárquicas. Isto passava-se na década de 50 e parte de 60. Antes de entrar em detalhes acerca da sua produção literária, há algo de fundamental que quero relatar. O diabo (sim, desta vez foi ele que me ajudou) forneceu-me o n.º 1 do jornal "Agora", de 18 de Fevereiro de 1961, cujo credo era e é suficientemente conhecido. Luso Soares é a estrela desse número inaugural, com um artigo a seis colunas, nas páginas centrais e seguintes, intitulado "Pirataria e Descaramento". O assunto é o caso do "Santa Maria".

Pois os leitores estarão certamente interessados, não em lê-lo todo, como disse é muito longo, mas sim alguns excertos que não me pouparei a fazer. Aliás, se for de interesse público (como acho) poder-se-ão fazer cópias. Mas vamos aos excertos.

Escreve o Luso: "... No entanto está fora de dúvida que a pirataria, mesmo praticada com intuíto desta ordem, é coisa que repugna ao estado actual da civilização, não obstante sabermos que certa mentalidade degenerada admite ser legítimo, para fins políticos, proceder-se como fizeram Henrique Galvão e o seu bando heterogêneo, a mandado desse inconcebível ex-general, ex-legionário, ex-comissário da Mocidade Portuguesa, ex-patriota e ex-português.

"Por confissão despuorida deste "ex-tudo", ficámos a saber que fora ele, longinquo "pseudo-português", quem deu ordens a Galvão para que se apoderasse do "Santa Maria"; e — porque no momento em que as suas declarações foram feitas já todo o Mundo sabia que o bando pirata era quase exclusivamente composto de estrangeiros; que este grupo

assaltara e subtraía aos legítimos proprietários, fraudulentamente e com violência, o paquete em causa; e que tinham agido sem se inibir de assassinar e ferir quem se lhe opusera — outra coisa não poderia concluir-se senão que Humberto Delgado fora, na verdade, o coautor moral dos crimes praticados, factos que saíam do domínio compreensível de uma luta política qualquer".

Mais adiante insiste o conhecido escritor marxista do tempo presente: "... — constituiu actividade característica da "delinquência sectária", espécie de criminalidade passional que pode levar o criminoso, por aberração dos sentimentos, a não hesitar, sequer, na falta do decore de se negar a si próprio. E estou a pensar que o ex-general, actual secretário, ele próprio foi dos que mais recriminou tal espécie de delinquência, como podemos ver no seu livro "Aviação, Exército, Marinha e Legião", de 1937, etc., etc...."

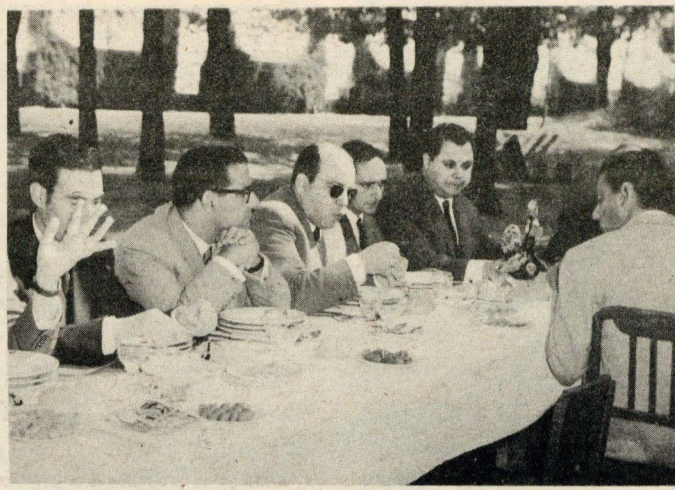
Curioso. Não terá Luso Soares seguido os passos daquele a quem acusava, "negando-se a si próprio"?

Mais: "... E não é difícil, mercê das arrepiantes declarações feitas por aqueles corifeus da tragédia. Apercebemo-nos de que, como facto político, a aventura do "Santa Maria" comporta um triplice objectivo: quer uma política internacionalizante, de ordem marxista, comunista ou anarquista; quer uma política desnacionalizante, traduzida nesse apregoado "iberismo" é contrário aos destinos históricos das duas nações peninsulares; quer ainda uma política desmembrante, anunciadora dum falsamente forçoso e falsamente necessário separatismo das nossas províncias ultramarinas relativamente ao torrão metropolitano.

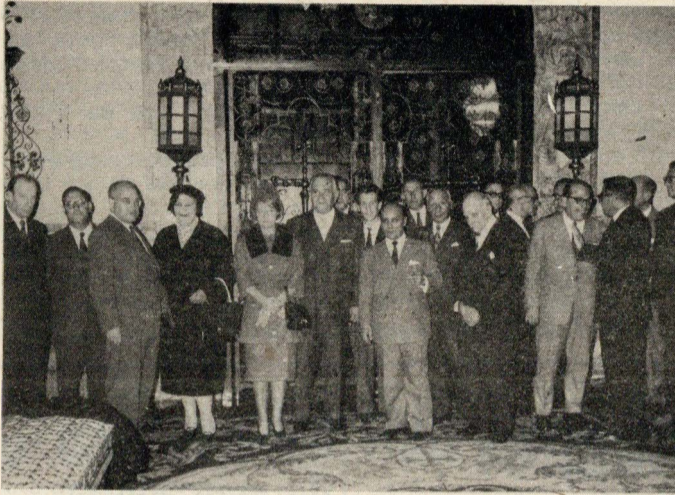
"Apurada esta inofensível caracterização da trajetória dos Galvões e dos Humbertos, qualquer português com dois dedos de senso e elementar sentido das nossas realidades não encontrará para tais indivíduos outra qualificação que a de "traidores". "Traidores" do espírito cristão-católico que preside à orgânica social da terra portuguesa; "traidores" porque partidários do desaparecimento de uma nacionalidade de oito séculos, retratos modernos de Miguel de Vasconcelos: e, por fim, "traidores" da unidade territorial portuguesa e do seu sentido civilizacional".

E ainda: "... Não é o facto de se ter mudado de convicções, pois isso é fenómeno que não pode espantar ninguém, ainda que seja lamentável largar-se o caminho da verdade para se abraçar o satanismo..."

Confesso que não posso mais. Os leitores verão, como o



Na homenagem a Manuel de Boaventura, da esquerda para a direita: Taborda de Vasconcelos, Fernando Luso Soares, Amândio César. De costas, Luís Cajão.



Da esquerda para a direita: Francisco Costa, Fernando Luso Soares, Barradas de Oliveira, Fernanda de Castro, senhora de Cortes Rodrigues, Armando Cortes Rodrigues, Tomaz Kim (encoberto por A.C.R.), Norberto de Ávila, Ramiro Valadão, Silva Tavares, Raúl Leal (Henoch), Fernando Guedes, António de Navarro, Nuno Minanal (quase encoberto), Amândio César, Vitorino Nemésio, Manuel Anselmo (meio encoberto por V.N.) e António Manuel Couto Viana

"flic"-Soares "largou o caminho da verdade para abraçar o satanismo", pois é hoje notoriamente marxista. Quanto ao abandono das colónias, vê-se o que o "flic"-Luso pensava do assunto. Que topete!

Como disse, o artigo é demasiadamente longo para o reproduzir. Mas julgo ter dado uma ideia do que Luso pensava dos "traidores". Que chamará ele hoje aos responsáveis pela "descolonização exemplar"?

Dedicou-se também Luso Soares à novelística policial. Foi um fracasso. Durante muito tempo não incluí na sua bibliografia esses volumes. Uma réstea de bom-senso impediu-o de o fazer.

Deixa a novelística policíesca (cujo surto na obra de Luso coincide com o seu emprego de inspector da Polícia Judiciária) e publicou o volume de contos "O mais inteligente dos estúpidos", com uma apresentação gráfica de tal forma deplorável que, sendo

uma edição do autor, o autor... sumiu-a. Como tivesse verificado o fracasso desse livro, congeminou "O Juiz e a Pedra", para aparecer com editor idóneo. Foi, de facto, assim.

A Editorial "Verbo" lançou o livro que Luso Soares já tinha mandado imprimir à sua custa. A Verbo funcionou como distribuidora e como editora responsável, embora na realidade não o editasse.

Foi a "Verbo" a editora simulada, porque a "Portugália" recusara a por a sua chancela ao escritor e autor do livro".

Para não ter igual recusa por parte da "Verbo", recorreu às relações pessoais de Manuel Anselmo. E conseguiu. Manuel Anselmo (em cujo grupo intelectual acampara) mobilizou a crítica da direita para dar projecção a um autor que ninguém ou quase ninguém conhecia a não ser através das suas funções na Polícia Judiciária e do célebre caso da herança Couto...

Mesmo assim, venderam-se umas poucas centenas deste livro, sendo os restantes três mil volumes da edição devolvidos ao infeliz escritor. O que o deixou zangado... e desanimado.

Como Mário Braga tivesse feito uma crítica benevolente a "O Juiz e a Pedra", "Flic"-Luso viu nela um aliciamento para uma via esquerdista, quicá marxista. E perpetrou, então a "Tentação Escaldante" (também em meu poder) que mais uma vez editou à sua custa e que, ele próprio, distribuiu em

Coimbra, com alguns amigos, dado que Coimbra era a terra onde vivia Mário Braga.

Posteriormente — quando rumou à esquerda — escreveu nova carta, esta particular, a Mário Braga, pedindo-lhe perdão. Mário Braga nem lhe respondeu. Percebera bem o tipo de homem que era Luso Soares.

E agora, Mário Braga, não o percebes ainda melhor?

A sua obra posterior seria, em grande parte, paga por si, embora com várias chancelas de editoras. "Os Cavalos Marinhos" (Guimarães Ed.) teve até duas edições, a primeira das quais não chegou a vir a público. Também a "Morte de Inês" foi edição de autor, embora com a chancela das "Publicações Europa-América". Criou entretanto uma editora — "Cronos" — (não troquem a consoante pela vogal) onde saíram alguns livros seus e onde deu início a uma publicação periódica, tipo revista, para a qual chamou vários colaboradores. Entre eles, Gaspar Simões. O pior (ou antes, o melhor) é que Gaspar Simões não se deixou enrolar pelo aliciamento das colaborações e vai daí, um dia, não elogiou uma nova produção do dr. Luso. Foi o suficiente para que o "flic" escrevesse um tristíssimo volume em que atirava a matar ao crítico oficial do "Diário de Notícias". O caso não era, aliás, virgem. Quando deixou de frequentar a roda literária de Manuel Anselmo e mudou de posição política, publicou o romance "Vontade de ser Ministro" (tirada a trama da história de uma narrativa de Camilo), em que pretendia retratar, ridicularizando-o, o seu antigo "director espiritual". Disse-o claramente, denunciando estes propósitos, ao escritor Carlos Cunha. Ao encontrar Manuel Anselmo, negou e desculpou-se, dizendo o que lhe veio à cabeça.

Nos princípios da época de 60 foi o defensor de um alto dirigente da Legião Portuguesa (posteriormente professor universitário) quando este foi expulso da referida corporação política, acusado de pertencer à CIA. Este dirigente frequentava o mesmo círculo político de Luso Soares.

Esteve presente nas homenagens que o SNI e os

"ultras" prestaram a Plínio Salgado e a Armando Cortes Rodrigues. Como esteve presente na homenagem a um escritor monárquico do Minho, Manuel de Boaventura, conduzindo no seu automóvel Manuel Anselmo, José de Melo e Amândio César. A homenagem não era só litarária. Era fundamentalmente política.

Em síntese: vontade de ser escritor e o seu falhanço, apoiado na direita (e os tempos em que Luso Soares maltratava de língua Álvaro Salema...) conduziu-o à viragem espectacular que todos conhecem. Apesar disso, até ao 25 de Abril, continuou a pagar as edições dos seus livros e a montagem de uma das suas peças teatrais.

Aqui não mexo mais na ferida, porque estimo profundamente Luzia Maria e Helena Félix e lamento que andem metidas com semelhante gente. Poderia, se quisesse, explicar o motivo por que a "Morte de Inês" foi à cena. Por uma vez, calo-me.

Luso Soares é o caso mais típico de crença e fé na sua própria pessoa que a história da pequena literatura portuguesa regista.

Foi, também, católico de comunhão diária, como fora monárquico e ultra, colaborador de "Tempo Presente", a revista cultural onde se evidenciou, durante dois anos, a "inteligentia" fascista. Escreveu, até, um artigo célebre, de que tirou separata, no número 17-18 referente a Setembro-Outubro 1960, de "Tempo Presente" intitulado: "O quinto Império — ensaio sobre a anatomia da esperança". Este ensaio, bem como a "Tentação Escarlata", não são mencionados na sua ficha bibliográfica.

Ainda com uma editora de Braga teve apalavrada a edição de um grosso volume de doutrinação monárquica, que seria dedicado a Manuel Anselmo e a Amândio César. Era uma selecção dos artigos publicados no jornal "O Debate". Não o mandou imprimir, porque a edição sairia muito cara.

Bem. Creio que este "revolucionário" fica suficientemente "desvendado". Por agora.

Poderia, à margem, abordar o caso das suas paixões por meninas que o disfrutam e se riem perdidamente à sua custa mas não quero magoar sua Mulher que é uma Senhora.

É este o "homem" hoje MUTI. Mutilado nas suas ambições. Frustrado na sua paquenez.

Olha, "flic"-Luso Soares: Tiveste uma "tentação escarlata" e sucumbiste. Paz à tua alma.

Vera Lagoa

A propósito dos saneamentos das escolas

ENTRE as mais "curiosas" conquistas do chamado processo revolucionário português estão, sem dúvida, os saneamentos ocorridos em estabelecimentos de ensino, donde tantos alunos e professores foram afastados da forma mais arbitrária.

Em assembleias e plenários de representatividade duvidosa, num clima em que o pensar claro e lúcido era sobremaneira difícil, muitas e muitas injustiças se cometeram, alicerçadas nos mais díspares argumentos.

Atente-se no caso de Manuel António Gomes Martins, de 22 anos de idade, aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que, quando frequentava o 4.º ano daquela Escola do Ensino Superior, já com um exame desse ano concluído, foi "saneado". Se tal não tivesse sucedido, formar-se-ia agora. Era aluno de bom aproveitamento — e as médias obtidas nos anos já concluídos (12, 13 e 15 valores), assim como credenciais passadas por amigos mestres que tem em seu poder, provam-no à saciedade.

Mas deixamo-lo falar:

— "Nunca tive quaisquer problemas quando cursei a Faculdade de Direito de Coimbra. No entanto, em Fevereiro de 1975, realizou-se uma Assembleia em que foram propostos vários nomes para serem saneados. Tal proposta não foi aceite. E eu era um dos nomes que integravam a lista..."

Dá-se, entretanto, o 11 de Março e surge a euforia revolucionária que, como é evidente, também alastrou à minha Faculdade. Volta-se a falar no caso e, numa Assembleia com pouco mais de cem alunos, em Junho do ano findo, foram saneados cerca de uma dezena e meia de estudantes, todos sem qualquer fundamento legal — uns por terem sido directores do Orfeão, outros da Oficina de Teatro, da Tuna, etc... Deu-se até um caso em que não foi invocada qualquer razão. A mim imputavam-me ter pertencido à Cidadela mas, no plenário até me acusaram de, em 1971, ter agredido um colega à facada..."

— E, perante o caso consuma-

do, não desenvolveu nenhuma diligência?

— "É evidente que não estive parado! Após o dito saneamento, queixei-me aos órgãos directivos da minha Escola, tendo estes acabado por nomear uma Comissão de Saneamento, composta por elementos que estiveram na origem do referido plenário, comissão essa que acabou por ser dissolvida sem ter assumido qualquer responsabilidade. Tive várias audiências com a Comissão Directiva que, verbalmente, me garantiu que em Outubro recuperaria a época. Foram, inclusivamente passados vários documentos onde se atestava que os alunos saneados não fizeram exames por motivos da responsabilidade de Escola. Face a estas garantias, ouvidas da boca do dr. Rui Alarcão, desisti de ir frequentar a Faculdade de Santiago de Compostela".

— Então, porque se não concretizaram as promessas feitas?

— "O Presidente da Comissão Directiva da Faculdade afirmou-me ter tido, em Coimbra,

conversações sobre este assunto com o ministro Vitor Alves, nas quais lhe foi garantida a resolução quase imediata do problema.

No entanto, pouco tempo depois, num novo encontro, desta vez com o eng. Brotas, director-geral do Ensino Superior, este quase revogou a promessa do Ministro, alegando que não era "politicamente oportuno" resolver o caso...

Desloquei-me pessoalmente a Lisboa. Pedi uuma audiência ao eng. Brotas, mas este negou-me, com a alegação de nada conhecer, nem do meu caso, nem dos outros saneamentos...

No entanto, o MEIC endossou-me para uma Comissão de Saneamento, solicitou um inquérito a Coimbra que, até hoje, ainda não teve resposta. E, na minha Faculdade chegaram a prometer-me a realização de um novo plenário, desta vez com o cumprimento das formalidades legais, mas tal promessa também não se concretizou, sempre com o argumento de

não ser politicamente oportuno.

Fiz também diligências junto do Estado-Maior do Exército, que me informou, por ofício, ter solicitado ao MEIC e à Região Militar de Coimbra pareceres sobre o meu caso mas, daí para diante, nada mais soube".

— Não efectuou mais nenhuma diligência?

— "Ainda há mais!... Já depois da posse do general Ramalho Eanes, nos primeiros dias do mês de Julho último, contactei novamente com a Comissão Directiva que me disse estar a solução do meu problema nas mãos do novo Governo. Solicitei então uma audiência ao Reitor da Universidade de Coimbra, professor Teixeira Ribeiro, que começou por me declarar ser pessoalmente contra saneamentos de alunos, a não ser por motivos "morais". Pelo contrário, declarou-se-me partidário do saneamento de professores, mas só pelos mesmos motivos..."

E, depois de me considerar excluído desse grupo, foi pe-

remptório em afirmar-me que "as revoluções medem-se pelas injustiças que cometem, mas que a nossa não iria parar por minha causa"...

A partir daí, como é evidente, a conversa azedou e eu fui posto na rua, tendo aquela autoridade académica cortado desta forma o diálogo...

Desde essa data, nada mais se passou, a não ser ter recebido o ofício de referência C-38-111 da Secretaria da Universidade de Coimbra, onde se afirma que "o Reitor da Universidade de Coimbra me instaurou um processo disciplinar, por despacho de 7 de Julho". Naquele departamento, no entanto, ninguém me sabe dizer quais são as acusações de que sou alvo...

E é tudo. Se me é permitido um comentário a estes dois anos perdidos, que fique este: Não sou aluno para frequentar as aulas; apenas sirvo para ser alvo de processos disciplinares..."

N. de C.